



243



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0214214-7

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000067-33.2010.8.17.0820

COMARCA : Jataúba – Vara Única

IMPETRANTES : Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos e
Maviel Florêncio Peixoto

PACIENTE : José de Arimatéia Soares da Silva

PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

RELATOR : Des. Marco Antônio Cabral Maggi

SUBSTITUTO

EMENTA:

5712

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO QUALIFICADA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO. PERICULOSIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

I – Tendo o Juiz verificado, pelas circunstâncias do caso concreto, a afeição do paciente à prática delitiva, apontando, ainda, a possível ocorrência de outros crimes, afigura-se correta a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública.

II - A simples alegação de ser o paciente portador de bons antecedentes, profissão e residência fixa não asseguram a liberdade provisória.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0214214-7 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à



244



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de maio de 2010.

Presidente

Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator Substituto



245



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0214214-7

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000067-33.2010.8.17.0820

COMARCA : Jataúba – Vara Única

IMPETRANTES : Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos e
Maviel Florêncio Peixoto

PACIENTE : José de Arimatéia Soares da Silva

PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira

RELATOR : Des. Marco Antônio Cabral Maggi

SUBSTITUTO

RELATÓRIO

Os Bacharéis Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos e Maviel Florêncio Peixoto impetraram ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de José de Arimatéia Soares da Silva, qualificado na atial à fl. 2, sob o argumento de ausência de fundamentação da decisão que denegou o pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente e que decretou sua prisão preventiva no âmbito do processo-crime nº 0000067-33.2010.8.17.0820, a que responde perante a Vara Única da Comarca de Jataúba, neste Estado, pela suposta prática do delito tipificado no art. 180, § 1º, do Código Penal.

Argumentam, ainda, os impetrantes, que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, profissão definida e tem residência fixa, não preenchendo, portanto, os requisitos autorizadores da segregação preventiva elencados no art. 312, do Código de Processo Penal, e, ainda, que, caso seja condenado, a pena privativa de liberdade

¹ Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa.



246



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

será substituída por penas restritivas de direitos e que o delito não foi praticado com violência ou grave ameaça.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 12/40.

Às fls. 47/48, indeferi o provimento liminar vindicado na inicial e solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 52/55.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer (fls. 59/61), opinando pela denegação da ordem.

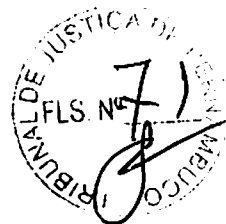
Está feito o relatório.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator Substituto



247



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0214214-7

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000067-33.2010.8.17.0820

COMARCA	: Jataúba – Vara Única
IMPETRANTES	: Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos e Maviel Florêncio Peixoto
PACIENTE	: José de Arimatéia Soares da Silva
PROCURADOR	: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA	: Desa. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR	: Des. Marco Antônio Cabral Maggi
SUBSTITUTO	

VOTO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório onde os impetrantes alegam que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal, sob o argumento de ausência de fundamentação da decisão que denegou o pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente e que decretou sua prisão preventiva no âmbito do processo-crime nº 0000067-33.2010.8.17.0820, a que responde perante a Vara Única da Comarca de Jataúba, neste Estado, pela suposta prática do delito de receptação qualificada.

Argumentam, ainda, os impetrantes, que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, profissão definida e tem residência fixa, não preenchendo, portanto, os requisitos autorizadores da segregação preventiva elencados no art. 312, do Código de Processo Penal, e, ainda, que, caso seja condenado, a pena privativa de liberdade será substituída por penas restritivas de direitos e que o delito não foi praticado com violência ou grave ameaça.

Observe que o Julgador da instância primária decidiu pela denegação do pedido de liberdade provisória com lastro nos fundamentos, a saber (fls. 33/34):

"(...) Consta dos autos que o requerente foi preso em flagrante no dia 04/03/2010, por haver cometido, em tese, o crime previsto no art. 180 do Código Penal. Os elementos até então colhidos



248



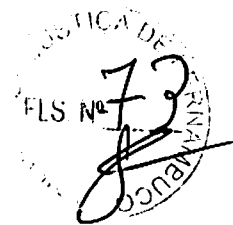
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

atestam a materialidade e autoria do delito. O Policial Civil Gilvan Manoel da Silva (condutor) declarou no auto de prisão em flagrante que, tomando conhecimento de que havia duas pessoas no Sítio Araras, município de Brejo da Madre de Deus, com motocicletas roubadas, empreendeu diligências e identificou tais indivíduos como Nicássio da Silva Andrade e Luciano, os quais informaram que haviam adquirido as motocicletas do ora requerente. Os dois indivíduos levaram os agentes da Polícia à residência do investigado, onde foram encontradas três motocicletas. Segundo o condutor, o requerente "é conhecido na cidade de Brejo da Madre de Deus por passar cheques sem fundos". O investigado disse que adquirira as motocicletas em Recife a uma pessoa conhecida apenas por "Galego". Reconheceu ter vendido duas motocicletas, mas os adquirentes devolveram os veículos quando descobriram que havia restrição de roubo/furto. Pois bem: na residência do imputado foram encontradas três motocicletas com restrição de roubo/furto. Segundo ele, os veículos foram adquiridos, em Recife, em três oportunidades diferentes. Por outro lado, o Policial Civil Gilvan Manoel da Silva disse que, além das motocicletas apreendidas, "a informação que recebeu dava conta de uma outra, de placa K LH 2327, também de cor preta, a qual foi consultada e comprovada que tinha restrição de roubo/furto)". Tais circunstâncias apontam para a ocorrência de concurso de crimes, tornando necessária a manutenção – pelo menos até que se apurem melhor os fatos – da prisão do imputado para garantia da ordem pública, a fim de evitar que volte a praticar outros crimes. Ressalte-se ainda que este Município vem sofrendo com os crescentes índices de criminalidade, especialmente furto e roubo, o que impõe uma atuação mais severa do Poder Judiciário. (...). Ante tais considerações, indefiro o pedido de liberdade provisória em favor de José Arimatéia Soares da Silva e, ao mesmo tempo, decreto-lhe a prisão preventiva, para garantia da ordem pública. (...)"

Importa observar que o paciente teve novamente negado pedido de liberdade provisória em decisão datada de 13/4/2010, pelos mesmos fundamentos supra transcritos.



249



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Ao prestar informações, mediante ofício datado de **11/05/2010**, o MM Juiz processante, Dr. Eugênio Cicero Marques, ressaltou a necessidade de manutenção da custódia cautelar do ora paciente para garantia da ordem pública (fls. 52/55).

Note-se que o paciente está sendo acusado do delito de receptação qualificada, onde se tem notícia de que o paciente adquire e efetua a venda de motocicletas roubadas ou furtadas.

Conforme se depreende da decisão combatida, ao denegar o pedido de liberdade provisória e ordenar a prisão preventiva do paciente com vistas a garantir a ordem pública, o togado monocrático se amparou nas **circunstâncias particulares** do caso, as quais revelam a periculosidade do agente, o que, por si só, autoriza o acautelamento preventivo ora impugnado.

Assim, muito ao revés do que alegaram os impetrantes, a decisão do magistrado do 1º grau encontra-se devidamente fundamentada com vistas à garantia da ordem pública, levando-se em consideração a demonstração da personalidade do acusado voltada para a prática criminosa, com fundado risco de voltar a praticar delitos acaso seja posto em liberdade, o que justifica a necessidade de sua custódia preventiva.

Dessume-se, portanto, que o Juízo processante agiu acertadamente ao denegar o pedido de liberdade provisória e decretar a prisão preventiva do paciente, uma vez que demonstrou com precisão a presença do *periculum libertatis* na hipótese em apreço, o que fez com o fito de assegurar a **ordem pública**, estando, assim, devidamente fundamentada, em observância ao disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

De outra parte, imperioso destacar que a simples alegação de ser o paciente portador de bons antecedentes, profissão e residência fixa não asseguram a liberdade provisória, quando presentes circunstâncias que justificam a segregação cautelar.

Neste diapasão, cumpre trazer à baila o seguinte julgado:



250



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

"(...) os requisitos da primariedade, dos bons antecedentes, do endereço fixo e da profissão definida, não possuem o condão, por si só, de autorizar o relaxamento da prisão, quando a periculosidade acentuada exige a manutenção da medida cautelar vergastada. Ordem denegada. Decisão unânime."
(acórdão publicado no DJ nº 207, de 07/11/2006)

Cumpre registrar que o douto Procurador de Justiça noticia que o feito encontra-se com data de audiência designada para o dia 4/06/2010, momento em que serão ouvidas as testemunhas de defesa e acusação e que se dará por encerrada a instrução criminal com o julgamento do feito.

Ante o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator Substituto